

AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE PERPETRADORES REFLEXÕES SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Fabricio Flores Fernandes (UESPI) ¹

O guarda, vejo-o, estará a pensá-lo também?

Não é provável, um guarda não pensa,
guarda o que pensam os outros.

Vergílio Ferreira, *Nítido nulo*

Desde *O que é isso, companheiro?* e *Os carbonários*, passando por *Retrato Calado*, *Ousar lutar*, *Memórias do esquecimento*, *O baú do guerrilheiro* e tantos outros, os leitores brasileiros têm tido a possibilidade de conhecer um pouco melhor o que pensavam os opositores da ditadura militar no Brasil e, em alguns casos, de entrar em contato com suas reflexões atuais sobre aquele período.

Levando em conta a evidência de que os relatos memorialísticos referem-se constantemente a um período histórico específico e, principalmente, travam um diálogo, por vezes implícito, com a versão oficial dos acontecimentos de então, é lícito procurar conhecer um pouco melhor a visão que têm dos fatos os representantes do poder. Do ponto de vista da evocação das memórias, é interessante perceber como alguns tópicos principais da questão do estabelecimento de um regime militar no país são negligenciados e/ou minimizados nas palavras dos militares.

De modo geral, as pessoas têm necessidade de exprimir sua vida e de ler sobre vidas alheias. Não é à toa que existem incontáveis autobiografias (além de, em número muito maior, várias biografias). O impulso de narrar (-se) pode não se materializar em relato escrito, mas atinge a todos. Prova disso são as abundantes narrativas cotidianas, ao redor da mesa ou em reuniões de família, que, a despeito de serem parciais, cumprem a função de confessionalidade salutar ao equilíbrio mental.

No processo de rememoração dos fatos vividos, entretanto, o que fazer quando há pontos vergonhosos? Como narrar episódios polêmicos da própria vida? É possível que o arrependimento, o reconhecimento de algum equívoco ou mesmo uma convicção que não encontre respaldo na sociedade não sejam verbalizados. Especialmente nos depoimentos escritos, longamente elaborados, o resultado final talvez tenha a intenção de construir uma imagem coesa, ainda que tal imagem não encontre correspondência na figura do escritor empírico. Consequentemente, orgulho, teimosia, companheirismo, vergonha, lealdade e esquecimento são características inerentes a essas construções linguísticas de tempos sombrios. Algumas saídas, portanto, apresentam-se: esconder, falsificar ou justificar os fatos. O caminho escolhido, além de dizer muito sobre o caráter do narrador, determina a importância do episódio em sua vida.

Essas considerações vêm a propósito das memórias de militares. Especificamente, trata-se de memórias daqueles que viveram o período em que vigorou o regime militar no Brasil (1964-1985). Ao lado de autobiografias, adquirem importância os diários, as entrevistas e os depoimentos publicados ao longo dos anos por alguns dos representantes do poder militar.

Medos arraigados pela doutrinação ideológica e suposições inspiradas em convicções compartilhadas ocasionaram o golpe de 1964 e, quatro anos depois, o “fechamento” completo da ditadura, potencializando-se as punições a contestadores do regime e mesmo a quem não tinha relação nenhuma com grupos de esquerda. Nos anos em que os generais estavam no poder, o povo brasileiro pouco sabia do sistema de interrogatórios largamente utilizado e das situações de “desaparecimento” súbito de “elementos subversivos”. Somente a partir de 1979, com a promulgação da lei da Anistia e a volta de exilados ao Brasil é que se começou a difusão, de maneira ampla, dos relatos de torturas e maus-tratos perpetrados nos anos anteriores.

Em contrapartida, houve a reação dos militares, comentando e contestando os fatos apresentados nas narrativas de seus opositores em declarações à imprensa, depoimentos, entrevistas e livros. Ainda hoje, não

há consenso público sobre os malefícios da ditadura ao país. Ainda se leem defesas discretas, ou mesmo entusiasmadas, da necessidade de os militares terem assumido o poder e travado batalhas contra os militantes de esquerda. Tendo em vista o objetivo de esclarecer aspectos das narrativas engendradas na ditadura, torna-se fundamental conhecer um pouco do pensamento dos membros da repressão, suas estratégias discursivas, suas tendências negacionistas, suas convicções e suas dúvidas. Não há exatamente um diálogo com os relatos produzidos pelas vítimas, mas sim monólogos que se contradizem.

Entrevistas, artigos e depoimentos – diante da voz dos outros

Não são poucos os militares que, ao comentarem os anos da ditadura, procuram convencer o interlocutor/leitor da inevitabilidade da intervenção armada naquele momento e do inédito processo de crescimento econômico a que o Brasil teria então chegado. Em sua fala, o discurso é estruturado como acusação aos opositores, qualificados com termos vários, que contribuem para a sua “demonização” – o inimigo passa a ser visto, então, como o outro absoluto, o “ateu, comedor de criancinhas”, não um igual – e como afirmação de justificativas para seus feitos. Tergiversam quando são questionados sobre torturas e assassinatos. Alguns, ainda, afirmam que o povo brasileiro desconhece os fatos, devido à existência no país de uma imprensa tendenciosa e mal-informada. Como o exército repressor de um outro contexto autoritário, no momento de recordar o passado, “cada um subseqüentemente reprimiu ou esqueceu certos aspectos daquela experiência ou lhe deu nova forma em sua memória” (BROWNING, 1992, p. 28). Na disputa pelo domínio da “verdadeira história” do período, o poder militar produziu suas versões, das quais é imprescindível conhecer os argumentos, com o fim de auxiliar na tarefa de aproximação aos eventos em questão.

Com o título “Um golpista convicto”, a revista *Caros amigos*, numa edição especial de março de 2004, reproduz trechos de uma entrevista dada

à TV Senado por Jarbas Passarinho, coronel reformado e participante ativo do período ditatorial. Explica, então, Passarinho que o exército, desde 1962, já pressentia o crescimento comunista e a preparação de uma revolução socialista. Admite estar correto o qualificativo de “golpe” ao que aconteceu em 1964: “analisado[sic] a partir de uma definição de sociologia política, a ação de 31 de março de 1964 foi um golpe de Estado, ninguém pode negar isso, pois depôs um presidente que havia sido eleito pelo voto popular” (CAROS AMIGOS, 2004, p. 27). Afirma que o golpe se deu, principalmente, pelo medo de que João Goulart fechasse o Congresso e elaborasse uma nova Constituição. É questionado, então, justamente sobre a efetivação de tais atitudes por parte dos militares. Sua resposta é típica dos que se acostumaram com o vocabulário belicista: “aí a diferença é muito grande entre o que a gente faz no Exército, pois lá a gente planeja a ação, o resto é conduta de combate. Você faz um plano e o combate leva para outro” (CAROS AMIGOS, op. cit., p. 27). Sua justificativa dá ao ato arbitrário o caráter de estratégia de ataque contra um inimigo perigoso.

Antes dessa entrevista, o ex-ministro, ex-governador e ex-senador já tinha prestado depoimentos para uma série de documentários televisivos, reunidos posteriormente em livro (*Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil*). Em suas respostas, justifica o golpe e o endurecimento repressivo como resposta a atos terroristas. Exprime a opinião, corrente nas forças armadas, de que a ditadura só se prolongou devido aos ataques da esquerda: “a luta armada só proporcionou o prolongamento no tempo do regime autoritário” (DINES et. al., 2001, p. 333). Essa justificativa para a repressão é recorrente no discurso militar (como se poderá perceber adiante). É argumento encampado, inclusive, por determinados filmes sobre o período, como *O bom burguês*, 1979, de Oswaldo Caldeira. A visão de que os atos arbitrários seriam apenas reação é uma questão problemática, abordada criticamente nos relatos de algumas vítimas (*Retrato calado*, de Salinas Fortes, por exemplo).

Na mesma obra, alguns outros militares deslindam seus pensamentos sobre pontos polêmicos da ditadura. O general Octavio Costa, por exemplo,

que trabalhou no governo Médici, justifica a violência do exército: “gostaria de dizer que acho que a repressão foi violenta como uma consequência, não porque tivesse que acontecer mas porque as coisas foram acontecendo, e isso se tornou inevitável” (DINES et al., op. cit., p. 173). Sobre os atos terroristas da direita, ocorridos durante o governo Figueiredo, responde:

a participação de pessoas de mais alto gabarito teria sido mais de omissão. Mas eu não chegaria a acusá-los de responsabilidade nesses fatos. Mas é óbvio que essas manifestações são todas intoleráveis. Por que intoleráveis? Porque ocorridas depois da anistia. (idem, p. 178)

Conclui-se, na esteira de sua argumentação, que, além de a falta de atitude por parte dos oficiais não lhe parecer irresponsabilidade – o que vai de encontro aos próprios fundamentos hierárquicos da instituição –, os atos terroristas de direita anteriores à anistia seriam toleráveis. Assim, ao procurar demonstrar uma reflexão justa e equilibrada, condenando os atos de alguns radicais exaltados (“manifestações intoleráveis”), acaba por revelar o que realmente pensa: antes de 1979, tudo se poderia aceitar, inclusive a colocação de bombas em locais públicos. Certamente não era isso que gostaria que seu interlocutor concluísse, mas a fixação da resposta espontânea em texto escrito revela as estratégias utilizadas para uma convivência saudável com a própria consciência. Em diferente ocasião, porém, reconhece a brutalização do exército, decorrente de seu emprego como força policial (CONTREIRAS, 1998, p. 97).

O general Leônidas Pires Gonçalves, que integrou o gabinete militar de Castelo Branco, tem, por sua vez, plena convicção de que o “Movimento de 64” era uma revolução democrática e não se arrepende de seu passado: “porque nós estávamos convencidos, e eu sou até hoje convencido, de que o ideal democrático, que começou com a revolução de 64, foi válido e salvou o Brasil de coisas muito graves” (idem, p. 353) e, para completar: “eu tenho

o orgulho de dizer que pertenci ao Estado-Maior revolucionário do general Castelo” (DINES et al., op. cit., p. 353). Repete o que parece ser a resposta padrão dos militares sobre a violência:

Costumo dizer e tem gente que não gosta da frase: a repressão foi consequência da subversão. Se não houvesse subversão, não teria repressão. Nós nunca prendemos ninguém que não tivesse feito nada. Isso não é uma realidade. Pode ser um clichê repetido, mas isso não é uma realidade. (idem, p. 354)

O ministro do exército de José Sarney desconsidera as informações de que os primeiros atos de violência se deram no próprio dia 1º de abril e de que o espancamento do comunista Gregório Bezerra em Recife, no dia seguinte, é o exemplo mais famoso².

Quanto à afirmação de que não houve prisões de inocentes, cabe aqui o questionamento da sua concepção de inocência, já que testemunhos de vítimas divergem dessa informação, relatando casos de pessoas que foram presas pelo simples fato de conhecerem alguém suspeito de ser comunista, ou mesmo por manifestarem ideias contrárias às prevalecentes no poder. Nessa concepção, relações de amizade implicariam a culpa? Um ponto merece atenção no trecho citado: o uso do pronome “nós”. Ao utilizá-lo, Leônidas naturalmente se posiciona, colocando-se ao lado de todos os militares do período, assumindo, por conseguinte, as responsabilidades de seus atos. É, entre outros fatores, contra essa forma de registrar o passado, negando o aprisionamento de indivíduos alheios ao embate ideológico da época, que se escreveram e continuam a ser escritos testemunhos no Brasil.

Por ser a transcrição de uma entrevista, constata-se, na fala do general, uma fluência de pensamentos que se mostra rica em deslizes, em concepções sub-reptícias. Do fluxo contínuo das palavras surgem as ideias que embasam os argumentos. A linguagem oral não permite a rasura como a linguagem escrita. Uma leitura atenta, portanto, revela muito mais do que o entrevistado

gostaria.

Quando questionado sobre os órgãos de repressão e sua propalada violência, o general se apressa em dizer: “desafio agora alguém a provar que era inocente e que tenha sido torturado, ou que tenha sofrido qualquer restrição maior do que as técnicas nos prometiam, que era o isolamento” (idem, p. 354). Segundo o general, portanto, quem não era inocente poderia muito bem ser torturado. Essa é uma clara admissão da prática da tortura, tantas vezes negada por seus colegas. Ao afirmar, ainda, que o máximo que acontecia aos presos era o isolamento, subestima a inteligência dos leitores (e do entrevistador). Para completar, no trecho anterior havia negado que quem “não tivesse feito nada” fora detido, e agora deixa subentendido o contrário.

Sobre o atentado no Riocentro, ele entende que foi organizado sem a participação dos altos escalões das forças armadas, mas não gosta de falar a respeito: “agora, eu acho que nós estamos cometendo esse equívoco atual. Não chega de mexer nisso?” (idem, p. 356). Lembra o igualmente criminoso atentado no aeroporto de Guararapes, no Recife, idealizado e realizado por elementos da esquerda armada. Conseqüentemente, afirma que deveriam investigar esse ato terrorista também. Porém volta atrás: “Então, fazem umas pesquisas históricas e remexem em coisas do passado muito unilateralmente. Não gosto de ver isso. Então, vamos mexer, mas mexer para quê?” (idem, p. 356). Ora, quem tem a convicção de que o ato do Riocentro foi um episódio isolado não deveria temer uma investigação criteriosa. Pelo contrário, deveria incentivá-la, uma vez que, levando adiante seu argumento, aquele ato comprometeria a credibilidade das forças armadas, e sua elucidação poderia restabelecer a “verdade”. O atentado de Guararapes já teve sua autoria esclarecida – como relata Gorender, na edição revista de seu livro (2003, cap. 16) –, mas os atentados da direita ainda jazem sob a névoa que encobre o período. De resto, ao negar interesse em “mexer” no passado, revela uma postura favorável ao esquecimento e à conciliação superficial.

Referindo-se a um seu depoimento anterior, publicado em outra ocasião, afirma: “eu disse o que eu posso” (idem, p. 356). A questão que

se apresenta então é: o que ele não pode dizer? E por quê? Soma-se essa indagação à conclusão exposta no parágrafo anterior. Entende-se, portanto, que o general Leônidas não quer que se vasculhe o passado do país e que há fatos ignorados pela história sobre os quais não pode falar. Ele, no entanto, não vê razão para que os acontecimentos de então venham à tona. Assim, explica: “Tenho dúvidas sobre a validade de remexer essas coisas do passado, mesmo no sentido histórico, isso não presta serviço nenhum” (idem, p. 356). Tal postura não lhe é exclusiva. Pelo contrário, é um tópico recorrente no discurso de perpetradores.

Quanto às atividades do passado recente das forças armadas, o general implicitamente deixa entender que há motivos para críticas. Afirma que elas vêm sendo punidas sistematicamente “depois de quinze anos de um comportamento impecável” (idem, p. 356). Como ele mesmo percebe na continuação de sua fala, o que se conclui desse desabafo é que ele está admitindo que o comportamento daquelas instituições nos anos anteriores teve, no mínimo, falhas e, portanto, é passível de ser criticado, o que de resto deixa escapar em outro momento: “depois de 85, não há nada que possa ser criticado no Exército” (idem, p. 357). Mas, se sabe das falhas, não as externaliza. Talvez a fidelidade corporativista o leve a não fornecer argumentos aos “inimigos”, já que o confronto de interpretações é incessante.

Outra passagem importante em que o entrevistado se trai é ao comentar o caso do jornalista Vladimir Herzog, morto no DOI-Codi de São Paulo em 1976. Como todo militar questionado sobre o episódio, Leônidas também não sabe de nada. Isso, todavia, não o impede de tirar suas conclusões, a despeito da consolidação internacional dos movimentos em prol dos direitos humanos e da consequente condenação da tortura:

Bom, primeiro de tudo: se realmente esse senhor nunca se meteu em nada, acho que foi uma injustiça o que fizeram. Mas eu não tenho certeza que ele nunca tenha se metido em nada. O que acontece é o seguinte:

numa época era modismo bancar o heroizinho, querer fazer isso e aquilo. O que acontece é que o Herzog não era um homem preparado para isso. Não tenho convicção de que Herzog tenha sido morto. Não é cinismo meu. (idem, p. 357)

A conjunção condicional empregada na frase deixa bem claro que só há injustiça na aplicação da tortura e do assassinato se se supõe que a vítima seja inocente, isto é, se nunca manifestou um pensamento de oposição ao regime. “Mas eu não tenho certeza que ele nunca tenha se metido em nada”, diz ele, estabelecendo, em sua lógica, o espaço para a dúvida e para a legitimação da repressão. Conseqüentemente, seguindo essa linha de raciocínio, justifica-se a tortura em suspeitos de subversão. Assim, um general participante do Governo ditatorial admite publicamente, em palavras que não consegue deter, a prática de atos extremos de violência. De resto, sua opinião a respeito de contestadores da ditadura está expressa no diminutivo – empregado com tom pejorativo – “heroizinho”.

É de se registrar, ainda, o argumento final do entrevistado. Segundo ele, ao ser preso, um homem despreparado e assustado – situação na qual inclui Herzog – é capaz de qualquer coisa, inclusive de suicidar-se. Em sua ótica, há algo como uma preparação prévia às sevícias, ausente em Herzog. Ora, aceitando-se, ao menos, essa hipótese, a pergunta que lhe deveria ter sido formulada então é: por que uma pessoa se suicidaria no cárcere se seus direitos e integridade física estivessem sendo respeitados?

Caberia o questionamento também ao general Bayma Denys, que comenta o mesmo episódio em sua entrevista. Sua explicação para a morte do jornalista é semelhante à de Leônidas. Consiste em afirmar que Herzog (assim como o operário Manuel Fiel Filho, que morreu em circunstância semelhante) teria se arrependido por confessar informações sigilosas e, portanto, tirado a própria vida. Mais uma vez, implícita está a admissão do emprego de técnicas de tortura na obtenção de confissões. Adiante na entrevista, o que estava implícito vem à tona: “agora, a questão do interrogatório eu não entro no

mérito da violência do interrogatório. Porque isso é uma técnica que não é só nossa, isso foi aplicado em todos os países por aí afora, na Itália foi muito aplicada, em toda parte foi aplicada." (idem, p.37). Entre os fatores que legitimam a "técnica", na concepção de Denys, destaca-se o seu emprego em "todos os países". Dessa forma, justifica-se o "mérito" da violência. Como se percebe, a escolha lexical é significativa. "Técnica" é um eufemismo que evoca o célebre vocabulário de outro período autoritário. O emprego de "mérito" – palavra de sentido positivo, utilizada para referir-se a "violência" – é um lapso linguístico que trai as intenções conciliatórias do general.

Um tom um pouco diferente é usado por Leônidas no depoimento dado a Hélio Contreiras, publicado em outra coletânea de confissões de militares. Ali, diz ele: "admito que houve tortura na repressão da década de 70, mas ela não estava prevista nos regulamentos militares nem na orientação adotada pelos alto-comandos" (CONTREIRAS, 1998, p. 73). O leitor fica imaginando se o general realmente acredita que o fato de a prática de torturas não constar nos regulamentos militares é uma desculpa, pois é óbvio que a violência não poderia ter uma contrapartida oficial, já que os documentos poderiam servir de prova no caso de uma acusação formal às forças armadas. Lê-se, nas entrelinhas, que a tortura teria sido iniciativa dos subordinados. Mesmo nesse caso, segundo os rígidos padrões hierárquicos da instituição, os oficiais seriam responsáveis, porque seus comandados estariam agindo à revelia de suas ordens. Sobre certa mudança no tom de suas respostas, pode-se creditá-la a contingências diversas, que levam a objetivos diferenciados. Como afirma Wieviorka, "as testemunhas sempre dão a suas histórias objetivos [outros] além do escopo da história particular. Esses objetivos mudam com o tempo." (WIEVIORKA, 2006, p. 138).

Nos depoimentos da coletânea, avulta a condenação da tortura e de outros atos arbitrários da ditadura, como o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo, em 1969, por exemplo. No entanto, nenhum dos entrevistados admite que o golpe não deveria ter sido dado e só um fala em arrependimentos pessoais, o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, antigo membro da "linha dura"

militar. Revela o almirante: “confesso que me arrependo de algumas coisas (...) confesso que fiz uma avaliação errada do que se passava no Brasil em 1964.” (CONTREIRAS, op. cit., p. 86). Semelhante declaração não é comum nos textos aqui estudados. Para Izquierdo (2004), o ato mesmo de confessar arrependimentos demonstra uma relação saudável com as memórias, que, em muitos casos, não são nada abonadoras.

Em matéria de louvor à ditadura militar, porém, nenhum escrito se compara à edição do jornal *Inconfidência*, de Belo Horizonte. De circulação restrita – é distribuído somente nos meios militares – e concebido pelo assim chamado “grupo Inconfidência”, o informativo conta com a participação de um grande número de articulistas. Na sua “edição histórica” de 31 de março de 2004, artigos e reportagens versam todos sobre o mesmo assunto, o “40º aniversário do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964”.

Tal periódico – em cuja primeira página se leem os dizeres: “1964 – Brasil soberano”, juntos à bandeira nacional – não procura esconder a admiração por militares e pelo período ditatorial. Pelo contrário, o elogio ao militarismo é a sua tônica. Se, no plano do conteúdo, a publicação se pauta pela louvação incondicional; no plano da forma, caracteriza-se por ser mal-escrito, mal-revisado e, em alguns casos, não apresentar indicação de data de publicação original de textos reproduzidos de outras fontes. Desse último problema, cita-se, como exemplo, o artigo de Gilberto Freyre (INCONFIDÊNCIA, 2004, p. 25).

Faz parte da edição a reprodução de textos como o editorial do jornal *O Globo*, de 2 de abril de 1964, afirmando que o povo brasileiro deveria ser grato aos militares, por ter-lhe prestado um grande favor. Outros textos, assinados por membros das forças armadas, são representativos da tendência à negação ou justificação da violência extrema de então. O artigo do coronel reformado Carlos de Souza Scheliga (idem, p. 3), por exemplo, baseia seus argumentos na afirmação de que a esquerda, durante todos esses anos, tem-se colocado no papel de vítima. Ele, aliás, homogeneiza aqueles que não têm simpatia pela ditadura. Redução em que cai, também, Olavo de Carvalho, que, além disso, ao comentar a repressão oficial, utiliza expressões como “brandura de sua

conduta”, “mínimo de violência” e “preço modesto que esta nação pagou”, em termos de vidas perdidas e em contraposição às benesses do Regime. (idem, p. 11). Seu artigo, de resto, propõe-se a esclarecer a “história oficial de 1964”.

Jarbas Passarinho aproveita mais uma oportunidade para afirmar que não se arrepende de nada e que tem orgulho do resultado econômico da ditadura. Metade de seu artigo apresenta números, que comprovariam, segundo ele, as virtudes do período militar. Por fim, encerra seu texto admitindo implicitamente que, para enfrentar guerrilhas comunistas, é necessário sacrificar os direitos fundamentais de todos: “Resta-nos comparar com a Colômbia. Não sacrificou as liberdades fundamentais, mas enfrenta até hoje, passados 40 anos, guerrilhas comunistas.” (idem, p. 5).

Ainda entre os militares, agora numa página destinada a depoimentos, leem-se os maiores elogios à “revolução” e, inclusive, uma proposta entusiasta de novo golpe, nas palavras do coronel Reynaldo De Biasi Silva Rocha:

neste momento difícil em que vivemos, sob nova ameaça marxista que busca aceleradamente a tomada do poder, que o espírito que nos norteou em 1964 inspire o povo e suas Forças Armadas a novas [sic] “31 de março”, para as quais estarei pronto a participar. (p. 18)

Como se percebe, parece que as lições tiradas dos anos da ditadura militar no Brasil não foram as mesmas para todos. Enquanto pouquíssimos se arrependeram outros estão prontos para um novo golpe. Declarações como essa amplificam um problema expresso nos testemunhos das vítimas: não há debate público eficiente em relação ao passado. A história não assimilada corre o risco da repetição. Na interpretação de ex-opositores da ditadura militar, o retorno de um regime de exceção – e da conseqüente carga de violência dele derivada – deveria ser extinto do âmbito das possibilidades.

Enfim, como contraponto aos depoimentos em que o depoente afirma não ter conhecimento sobre muitos fatos, ou àqueles em que a repressão é

defendida como uma consequência natural da oposição ao regime ditatorial, é necessário que se dê atenção à entrevista com o coronel Élber de Mello Henriques, realizada por Consuelo Dieguez para a revista *Veja* de 3 de novembro de 1999. Sob o título “Eu vi a tortura”, a entrevista reproduz as confissões do coronel, que ousou denunciar a tortura a seus superiores e exigir a punição dos torturadores. Como resultado, foi afastado de suas tarefas.

O coronel, como a maioria de seus colegas, apoiou o golpe de 64, mas considera que o AI-5 foi “uma desgraça” (HENRIQUES, 1999, p. 15), já que deu ao exército uma autoridade “acima da lei” (idem, p. 15). Fundamentais em seu depoimento, entretanto, são os detalhes de seu contato com presos torturados. Ele admite textualmente ter visto a violência extrema dentro dos quartéis: “não esqueço até hoje o que vi. O homem estava pendurado num pau-de-arara, totalmente destruído. Era uma coisa de dar dó. Ele gemia, urinava, defecava. Não pude nem falar com ele porque estava fora de si.” (idem, p. 14). Diante dessa situação, ele pediu para que tirassem o preso dali, pois deveria interrogá-lo na segunda-feira (era sexta). No dia marcado, chegou ao seu conhecimento que ele tinha falecido.

Convém destacar que Élber teve sua conduta exemplar descrita no livro de Flávio Tavares (*Memórias do esquecimento*), em que o autor admite ter sido salvo pelo coronel. Sua postura digna não era, infelizmente, regra, já que a maior parte dos militares e policiais se acreditava em guerra, na qual tudo valia. É grande a possibilidade de que, se houvesse mais militares como o coronel Élber, a divergência de ideias ficasse apenas no âmbito discursivo e que a exacerbação ideológica e o fanatismo não dominassem o comportamento. Tanto de um lado quanto de outro.

É de se esperar que haja muitas explicações ao “esquecimento”, por parte de alguns militares, de fatos acontecidos entre 1964 e 1985. Há razões políticas e ideológicas para que atos fora do comum — e, portanto, marcantes — não sejam lembrados. Mas há também razões pessoais. O enfrentamento com a memória do passado recente pode ocasionar as mais diferentes atitudes, desde o arrependimento sincero até a mais veemente negação.

Tais considerações se colocam em respeito da pertinência de textos teóricos sobre a memória, elaborados em outros contextos, para a relação com os casos aqui analisados. Teorias e estudos sobre os fenômenos da memória e do esquecimento podem contribuir para a compreensão dos acontecimentos estudados neste trabalho. Quando se afirma que, nos depoimentos de militares, somente parte do passado vem à tona, é interessante constatar a contrapartida teórica desse fato. Michael Pollak escreve, num texto em que trata de história oral, que a memória é seletiva (POLLAK, 1992, p. 203). Não se gravam nela todos os fatos (ou não se lhes tem acesso de maneira consciente, segundo Freud); há um processo de escolha das informações que serão registradas. Esse processo faz parte da constituição da identidade coletiva que se assumirá a partir de então. Ou seja, a memória é um dispositivo construído não apenas de forma consciente, mas também inconscientemente. Para o autor, há estreita ligação entre memória e identidade: "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva" (POLLAK, op. cit., p. 204). Em relação aos militares, a imagem que constroem de si mesmos e a explicação que elaboram para os acontecimentos de que participaram são caudatárias da necessidade de criação de representações críveis no (e para o) convívio social. Ou seja, sua identidade como grupo é constituída pelas memórias que compartilham e pela importância que atribuem a si mesmos no panorama social. Como temos visto, qualquer reminiscência que destoe da construção coletiva "oficial" permanece nos porões da memória. Não encontrando brecha para se manifestar, o conteúdo de algumas lembranças permanece "desaparecido", isto é, só os próprios militares sabem onde está.

Reflexões e propostas

Ainda hoje, em incontáveis batalhas pela memória, leem-se cartas de leitores a jornais ou artigos de militares reformados, pedindo maior respeito às forças armadas, maldizendo comunistas e enaltecendo o desenvolvimento econômico alcançado com os governos militares. Ainda hoje, comemora-se,

dentro dos quartéis, o aniversário do “movimento cívico-militar de março de 1964” (cf. jornal *Inconfidência*, 31/03/04), momento de orgulho de oficiais saudosos dos tempos em que os militares tinham muito mais relevância na mídia, ao ponto de serem conhecidos pelo nome pela maioria dos cidadãos. Tristemente, ainda hoje se ouvem, em entrevistas televisivas, pessoas lembrando o tempo dos generais como um tempo em que “as coisas funcionavam”, desejando a volta de um regime ditatorial, para eliminar a “bagunça e a corrupção”. Os civis que atuaram no Governo também se esmeram na defesa dos militares. Armando Falcão, ministro da justiça de Geisel, escreveu um livro de memórias pródigo em elogios ao período ditatorial, no qual o discurso argumentativo segue as deturpações e eufemismos de seus companheiros de farda: “todos os presidentes da República, sem exceção, – de Castelo a Figueiredo – foram eleitos, por via indireta, pelo sufrágio majoritário de um colégio eleitoral originário da livre escolha popular” (FALCÃO, 1989, p. 403).

Conclui-se desses fatos que as atrocidades cometidas pela ditadura ainda não foram objeto de um debate sério e profundo. Se ainda há a vontade de que o Brasil volte a ser controlado por regimes autoritários é porque a informação sobre o que acontecia nos porões das delegacias e centros de interrogatórios das forças armadas não chegou a todos, ou não sensibilizou a todos, o que é pior. A liberdade individual não parece ser considerada um direito inalienável. E a interpretação dada pelos militares aos acontecimentos daquele período é ainda a versão privilegiada por considerável parcela da população.

Cabe aqui, ademais, uma constatação. Ainda não vieram a público, salvo engano, memórias de membros da força policial que atuaram na repressão aos movimentos de esquerda durante o período ditatorial. As denúncias atuais sobre a agressividade dos agentes repressivos de então quase sempre recaem sobre os militares, negligenciando o papel central que a polícia atuante nos DOI-Codis e os órgãos como os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) tiveram. Seria interessante delinear as possíveis estratégias de narração utilizadas por esses sujeitos. Por fim, o estudo do Regime pós-

64 provoca inúmeras indagações. Uma delas consiste no interesse em saber por que os militares presidentes – comandantes, portanto – não puniam exemplarmente quem cometia excessos, já que argumentam não ter sido, a tortura, uma política oficial. Mesmo quando um coronel (Élber de Mello Henriques) fez denúncias, ninguém foi punido.

Este texto se limita a comentar tópicos recorrentes no discurso militar, sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise. Semelhante tarefa pediria uma dedicação que não é possível neste espaço. Entretanto, como forma de apontamentos a trabalhos subseqüentes, indicar-se-ão algumas questões não contempladas aqui.

A trilogia de depoimentos orais “A memória militar”, composta de *Visões do golpe* (2004 [1994]), *Os anos de chumbo* (1994) e *A volta aos quartéis* (1995), é valiosa no sentido de fornecer subsídios para a análise do discurso de oficiais de Armas e áreas diversas, formando um mosaico de informações muitas vezes divergentes. Em seus testemunhos, percebem-se pontos de vista antagônicos e ressentimentos contra colegas. A diferença de opinião, aliás, quase levou à quebra da disciplina e da hierarquia em alguns momentos (como nos episódios da reação ao sequestro do embaixador estadunidense, Charles Burke Elbrick, e da exoneração do ministro Sylvio Frota, por exemplo). Como se sabe, a mesma quebra de hierarquia por parte do então presidente João Goulart foi uma das desculpas para o golpe.

O testemunho de Carlos Alberto Brilhante Ustra é uma fonte produtiva para a pesquisa das estratégias discursivas utilizadas por membros da repressão dos anos 70. Ele foi acusado, em agosto de 1985, pela atriz e deputada federal Bete Mendes, de ter sido seu torturador no DOI-Codi (do qual foi o comandante de setembro de 1970 a janeiro de 1974). Na ocasião, a atriz escreveu uma carta aberta ao presidente José Sarney, solicitando o afastamento de Ustra do cargo de Adido Militar no Uruguai. A querela foi amplamente divulgada pela imprensa. Em 1987, o militar publicou *Rompendo o silêncio*, no qual procura dar a sua versão aos fatos, negando que tenha praticado torturas e acusando a esquerda armada de várias ações prejudiciais

ao país. Não satisfeito, publicou ainda A verdade sufocada, com a intenção de revelar as “verdades” que a esquerda não quer que o Brasil descubra. As duas obras do ex-coronel merecem um estudo detalhado, pois contemplam as respostas e argumentos preferenciais dos homens por trás da repressão.

Outra questão interessante é a que contrapõe Geisel e Sylvio Frota, tendo como coadjuvantes Golbery do Couto e Silva, Hugo Abreu e outros militares de alta patente. São difundidas muitas versões sobre a antipatia mútua que nutriam o ditador e seu ministro do exército e sobre as intrigas que culminaram na chamada “crise de outubro de 1977” (substituição de Frota, acusado de armar, nos bastidores, um novo golpe contra a abertura política, idealizada por Geisel e por Golbery).

Esse período crítico dos governos dos generais ainda não foi devidamente investigado, e ajudaria a esclarecer alguns aspectos do discurso militar e de seus interditos. Se, por um lado, a versão que se cristalizou sobre Geisel é a de que era um homem aberto ao diálogo, íntegro e honesto, por outro, os relatos *O outro lado do poder* (1979) e *Tempo de crise* (1980), de Hugo Abreu, que foi seu chefe de gabinete, e a publicação póstuma de Sylvio Frota, *Ideais traídos* (2006), fornecem uma perspectiva bastante diversa³.

Por fim, a leitura dessas obras e de vários artigos constantes em sítios⁴ da rede de computadores leva à conclusão de que os militares, ao se defenderem de acusações de autoritarismo e excesso de violência, legitimam seus atos através de uma contraposição aos da esquerda revolucionária, qualificada invariavelmente de terrorista. Pouco (ou nada) é dito sobre os civis que não pegaram em armas, sobre os suspeitos alheios a tudo e que foram interrogados e mesmo sobre aqueles que se opunham ao Regime apenas no campo das ideias, por princípios diferentes das convicções militares.

O processo de envelhecimento de personagens atuantes na época conduz a um balanço da vida e da pertinência de ideias com tanto afincamento defendidas. A avaliação do passado, materializada em relato escrito, é estruturada com vistas a uma explicação coerente de atitudes condenadas mundialmente, ou, o que é mais comum, à negação de sua existência. É possível

ler as memórias buscando entender os motivos por que tantos homens foram capazes de torturar seus semelhantes – ou de encobrir a tortura. Mas, como lembra Christopher Browning, em seu estudo sobre memórias de perpetradores, “explicar não é desculpar; entender não é perdoar” (BROWNING, 1992, p. 36).

Os caminhos pelos quais a história é feita e – o que nos interessa aqui – escrita passam por divergências pessoais, casualidades, intrigas e revanchismo. As narrativas subterrâneas do período são pródigas em versões e visões merecedoras de estudos detalhados. Acreditamos, enfim, que um dos papéis do trabalho acadêmico é o de dar atenção a novas versões de fatos constantemente sonogados do grande público, fatos ainda contestados ou relativizados, aos quais não se atribui a relevância necessária. Além disso, muito ainda há para ser descoberto. Como vários participantes da ditadura militar lançaram mão daquelas estratégias comentadas no início, os episódios escondidos precisam ser revelados; os falsificados, elucidados; e os justificados, criticados.

Referências

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

_____. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BROWNING, Christopher R. German Memory, Judicial Interrogation, and Historical Reconstruction: Writing Perpetrator History from Postwar Testimony. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation – Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 22-36.

CAROS AMIGOS. Edição especial “O golpe de 64”. São Paulo: Casa amarela, nº19, Março, 2004.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares – confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998

D’ARAUJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Visões do golpe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

- _____. *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.
- DINES, Alberto et al. (orgs.). *Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2001.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERREIRA, Vergílio. *Nítido nulo*. 3 ed. Lisboa: Bertrand, s/d.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura envergonhada (2002a)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada (2002b)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- HENRIQUES, Élber de Mello. "Eu vi a tortura". *Veja*. 03/11/99, p.11-15.
- INCONFIDÊNCIA. Belo Horizonte, 31/03/04. Ano IX, nº 66.
- IZQUIERDO, Ivan. *Questões sobre memória*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p.3-15.

